



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.
Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

MENSAGEM Nº 04/2025

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, a Constituição do Estado da Bahia e a Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia e a Lei Federal nº 8.069, de 1990, tem a honra de submeter à elevada apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso **PROJETO DE LEI Nº. ____/2025, que DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA, ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.549, DE 3 DE ABRIL DE 2023, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os Conselhos Tutelares foram instituídos pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 — que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente — como órgãos permanentes e autônomos, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal.

A função de conselheiro tutelar configura-se como um *múnus público*, representando serviço público de relevante interesse social. Pela natureza específica das atividades desempenhadas, os conselheiros tutelares são considerados agentes públicos *honoríficos*, com investidura mediante processo de escolha por meio de eleição direta, exercendo função pública com autonomia funcional, nos limites da lei, para garantir a efetividade das normas de proteção integral da infância e adolescência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

Embora a legislação federal preveja a possibilidade de os membros do Conselho Tutelar serem ou não remunerados, é entendimento consolidado que a remuneração, quando instituída por lei municipal, reforça a valorização institucional do órgão, sem que isso gere vínculo de natureza estatutária ou empregatícia com a Administração Pública, considerando-se a natureza transitória do mandato.

Nesse contexto, o Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, reconhece a relevância da atuação dos conselheiros tutelares e propõe, por meio do presente Projeto de Lei, a fixação de seus subsídios mensais, reafirmando o compromisso com a valorização e fortalecimento das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente.

— Importa destacar que a proposição não implica supressão de qualquer direito anteriormente assegurado aos Conselheiros Tutelares, mantendo-se, expressamente, os direitos previstos na Lei Municipal nº 1.549, de 3 de abril de 2023.

Diante do exposto, submete-se o presente **Projeto de Lei nº ____/2025** à apreciação dos nobres membros da Câmara Municipal, para apreciação e votação em caráter de *urgência urgentíssima*, nos termos do rito disciplinado pelo Regimento Interno dessa Casa da Cidadania, com dispensa dos prazos e interstícios regimentais, em razão do relevante interesse público que envolve a matéria.

Renovo, por fim, a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Paulo Afonso, Estado da Bahia, segunda-feira, 02 de junho de 2025.

MÁRIO CÉSAR BARRETO AZEVEDO
Prefeito do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 02 DE JUNHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA, ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.549, DE 3 DE ABRIL DE 2023, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO AFONSO, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, a Constituição do Estado da Bahia e a Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia e a Lei Federal nº 8.069, de 1990, faz saber que o Plenário da Câmara de Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei fixa os subsídios mensais dos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

Art. 2º Os subsídios dos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, ficam fixados no valor mensal de R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais).

Art. 3º Fica assegurada a revisão anual dos subsídios dos membros do Conselho Tutelar do Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia, nos termos desta Lei, observada a iniciativa competente.

Art. 4º Ficam mantidos aos membros do Conselho Tutelar, de que trata esta Lei, os direitos assegurados pela Lei Municipal nº 1.549, de 3 de abril de 2023.

Art. 5º Fica alterado o *caput* do art. 93 da Lei Municipal nº 1.549/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
ESTADO DA BAHIA

Av. Apolônio Sales, nº 925, Centro - Paulo Afonso - BA, CEP 48608-901.

Telefone: (75) 3281-3011 - www.pauloafonso.ba.gov.br

Art. 93. Os membros do Conselho Tutelar farão jus à remuneração por meio de subsídio fixados e alterados por Lei Municipal específica, com carga horária de 40h/s, escala de sobreaviso noturno, aos sábados, domingos e feriados.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da verba própria do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Afonso, Estado da Bahia, segunda-feira, 02 de junho de 2025.

MÁRIO CÉSAR BARRETO AZEVEDO
Prefeito do Município